Livro	Folhas

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA A 16 DE ABRIL DE 2025

ATA N.º 9 /2025

LOCAL DA REUNIÃO: Sala das Reuniões do Edifício de Serviços Municipais à Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira - Cidade do Porto Santo. _____

PRESENÇAS: O Presidente, NUNO FILIPE MELIM BATISTA, que presidiu e os Vereadores LUÍS MIGUEL PAIXÃO BRITO, ARTUR JOSÉ ALVES NUNES FERREIRA, MARIANA FILIPA CORREIA VASCONCELOS E LUÍS EDUARDO GUIANCE BETTENCOURT.

A assessorar esteve presente Miguel Matos da Fonseca, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal e a secretariar Ana Bela Mendonça dos Santos, Chefe de Divisão Administrativa e de Recursos Humanos._____

ABERTURA DA REUNIÃO: Verificando-se haver quórum para o funcionamento do órgão executivo, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas e trinta minutos. _____

APROVAÇÃO DE ATA: Foi aprovada, a seguinte ata, previamente distribuída:_

- Ata da Reunião Ordinária de 4 de abril de 2025, aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt_____

DIÁRIO DE TESOURARIA: Tomou conhecimento, o órgão executivo, do balancete de tesouraria, relativo ao dia 15/04/2025, que acusava os seguintes saldos: _____

De dotações orçamentais: 2.105.114,89€ (dois milhões, cenco e cinco mil, cento e catorze euros e vinte e oitenta e nove cêntimos); _____

De dotações não orçamentais: 41.641,28€ (quarenta e um mil, seiscentos e quarenta e um euros e vinte e oito cêntimos);_____

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Foi incluída, por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno

Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt, a seguinte proposta:

Deliberar sobre a Proposta de Execução do Projeto N.º 13548 - Madeira Conectada [Aviso De Abertura De Concurso (Aac) | Investimento C19-I08 Territórios Inteligentes - Ama | Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes | N.º 01/C19-I08/2024 | Aquisição e Desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana].

Interveio o Senhor Presidente, informando que no dia anterior esteve presente na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Madeira, a associação estava a desenvolver um projeto chamado Madeira Conectada que une todos os Municípios na sua digitalização, o investimento não terá custos para os Municípios, pois era suportado a 100% pelo PRR, e existia a necessidade do Contrato de Consórcio Interno, ser validado em reunião de Câmara, antes de ser assinado pelo Senhor Presidente, para posterior envio à Assembleia Municipal. Uma vez que a presente reunião é a última antes da sessão da Assembleia Municipal solicitou aos vereadores a análise da proposta e inclusão da mesma na ordem da reunião, para não colocar em causa o investimento da Associação de Municípios da Madeira.

O Vereador Luís Bettencourt, solicitou mais informações.

O Senhor Presidente explicou que era um contrato, e para poder assinar um contrato plurianual, era necessário mandatar o Presidente da Câmara, o contrato teria de ser presente à Reunião de Câmara e ser retificada a sua minuta, para posterior envio à Assembleia Municipal, pois não existia delegação de poderes da Câmara Municipal no Presidente, para o número de anos de duração do projeto, o que obrigava à pronúncia da Assembleia Municipal. Reforçou que, tendo em conta, que era a última reunião de Câmara antes da sessão da Assembleia Municipal, e a próxima sessão seria só no mês de junho, corriam o risco de perder os fundos do

Livro	Folhas

PRR, uma vez que os prazos estavam a terminar. Dessa forma solicitou a inclusão do ponto, e que a minuta fosse disponibilizada para discussão na Assembleia Municipal. _____

Interveio o Vereador Miguel Brito, desejando a todos uma Feliz e Santa Páscoa. Continuou dizendo que se aproximava uma época festiva, e consequentemente o aumento do número de visitantes na ilha. Defende que o Porto Santo necessita de estar bem organizado, para proporcionar uma melhor oferta e mostrou a sua preocupação com a gestão de resíduos. Questionou qual o trabalho desenvolvido pela entidade gestora dos resíduos, com o crescente aumento de visitantes, de forma a não encontrar imagens que não dignifiquem a imagem da ilha. De acordo com declarações numa entrevista recente do Senhor Presidente, este dissera que futuramente os prevaricadores e os incumpridores de regras respeitantes aos resíduos, iriam ser multados. Questionou de que forma o Município iria acompanhar essas situações, e se o Senhor Presidente já teria contactado a A.R.M. no sentido de essa operação ocorrer o mais breve possível. _____

Referiu a recente praga que tem assolado as palmeiras da ilha, e o corte de alguns exemplares. Demonstrou a sua preocupação com as palmeiras da descida do cais, pois era uma zona de grande afluência de pessoas e questionou se o Município teria uma data agendada para a remoção das palmeiras dessa zona e replantação de novos exemplares, sendo que essa zona era ex-libris paisagístico da ilha e era urgente, tanto salvaguardar a segurança como preservar o Centro Histórico da cidade. _____

Relembrou algumas promessas, no seu entender, de fácil execução, que não foram cumpridas, como no centro urbano, com a reestruturação feita na praça de táxis, área onde, apesar de ser da responsabilidade do Governo Regional, esta iria ser cedida ao Município e até à data, não existiram desenvolvimentos. Referiu o Centro de Artesanato, que encerrou, e o único artesão que ainda laborava nesse

centro, estava agora junto a um quiosque de uma agência de turismo. Esse quiosque, estava ao abrigo daquilo que era um serviço público, e presentemente já nem era essa empresa a fazer esse serviço. Questionou quais os planos do executivo.

Mencionou também o centro histórico da Cidade, nomeadamente a praça em frente ao Município, e que fora falado que após a zona estar recuperada, não seriam permitidos qualquer tipo de atividades, no entanto, já estava colocado um quiosque em frente ao edifício do restaurante Baiana.

Relembrou uma das promessas feitas, que seria um novo parque de estacionamento, para dar resposta a uma necessidade essencial dos Porto-santenses, a ser construído no Parque de Materiais do Governo Regional, e questionou se até ao final do mandato, o Senhor Presidente teria uma previsão para a realização dessa obra.

Finalizou, mencionando a plataforma O Porto Santo é nosso, e tendo conhecimento da existência do grupo de Whatsapp Acredita Porto Santo, que fazia a mesma tarefa da plataforma, questionou de que forma essa plataforma veio atribuir uma ferramenta para a população e qual o meio que as pessoas usavam mais.

Interveio o Senhor Presidente, agradecendo os votos de boa Páscoa e retribuindo os mesmos. Disse que no presente ano, a época de Páscoa seria positiva, contrariamente ao ano anterior, em que as condições atmosféricas não permitiram que a Páscoa tivesse o retorno habitual. No presente ano os níveis de ocupação de unidades hoteleiras e alojamento local encontrava-se bastante elevado.

Em resposta às questões do Vereador Miguel Brito, nomeadamente sobre os resíduos, disse ser necessário separar 2 situações, em primeiro lugar a recolha de lixo que era feita de forma normal e organizada, no que tocava aos ecopontos e

contentores de lixo. A recolha no Porto Santo, infelizmente ainda não tinha a capacidade de ser feita porta a porta, que num futuro próximo seria a melhor opção para a ilha. Em segundo lugar, os resíduos abandonados, estes não eram da responsabilidade nem da A.R.M. nem do Município, mas sim uma responsabilidade de todos. No presente dia disse ter solicitado aos colaboradores do Município que fizessem essa recolha de resíduos abandonados, e recordou que quem solicitasse essa recolha, que a mesma era gratuita por parte da A.R.M. ou mesmo a entrega de resíduos no Centro de Processamento da A.R.M. também era gratuita, e, no entanto, as pessoas continuam a abandonar resíduos em terrenos com pouca visibilidade e durante a noite.

Aquilo que referiu na sua intervenção pública, não era que o caminho estaria feito relativamente às multas, mas na sua opinião só lhe restaria esse caminho, porque foram feitas imensas recolhas por diversas entidades para proteção da Biosfera, limpezas de terrenos, limpezas e colaboração por parte da Guarda Nacional Republicana. Estavam a preparar equipas para fazer uma limpeza, relacionado com uma pessoa que faleceu e deixou uma série de resíduos para limpar. Disse que infelizmente o ritmo a que se limpa é inferior ao ritmo a que se suja, e era necessário começar a aplicar coimas. Competia à A.R.M. a elaboração do processo, pois era necessário um processo com contraordenações, com audiência de testemunhas, o que não invalidava que a fiscalização do Município identificasse ou a procurar ter conhecimento de quem fez o abandono desses resíduos.

Relativamente ao escaravelho, era necessário que as pessoas tivessem conhecimento que existia um longo caminho a percorrer, que seria dividido em 3 etapas. Exterminação da praga, o Município estava a colocar armadilhas junto das entidades públicas e entidades particulares, já fora feita a entrega de mais de 100 armadilhas, e era feito um controle, para verificar para onde o escaravelho se

estava a direcionar e onde o foco da doença era mais forte. Agradeceu a todas as pessoas que têm vindo buscar armadilhas ao Município e contribuído para a contagem de escaravelhos, pois o principal objetivo era que a doença fosse erradicada no Porto Santo e fosse possível salvar ainda algumas palmeiras. Sobre o abate das palmeiras, disse ter lançado vários alertas à população, em termos de Proteção Civil têm comunicado com os particulares para terem os cuidados devidos nas suas casas. O abate das palmeiras do Município ainda não estava a decorrer, porque se têm levantado algumas questões sobre a idoneidade do executivo e do Presidente da Câmara, e o executivo preferiu fazer um concurso público para o abate das palmeiras, onde surgiram mais de 10 propostas. 2 dessas propostas tinham o mesmo valor, e foi necessário fazer um sorteio. Conseguiram diminuir o valor do abate das palmeiras para 700,00€ acrescido de IVA, quando anteriormente os valores eram muito superiores. Informou que esse processo poderia ser consultado no portal BASE, donde constavam as diversas propostas. A adjudicação do concurso estava prevista para a presente semana, para que na semana seguinte a empresa que ganhar o concurso, execute o trabalho. Estavam também a preparar o concurso para a plantação de árvores. _____

Sobre a Praça de Táxis, a obra ainda não fora entregue, porque o Município exigiu que fosse feito um relatório de engenharia, antes da entrega, para posteriormente o Município ficar com algum ónus de reparação numa obra que não teve fiscalização do Município, mas sim do Governo Regional. Iria aguardar, e seria um dos assuntos a apresentar ao novo Secretário das Infraestruturas. _____

Disse que o vereador mencionara o artesanato, e o artesanato produzido no Porto Santo tem de ser preservado. Artesanato vindo de outros países com a imagem do Porto Santo, na sua opinião não era artesanato, mas sim souvenirs, que não devia acontecer. _____

Teve conhecimento através da comunicação social que a Dra. Nivalda Gonçalves

Livro	Folhas

irá presidir à Segurança Social, e recordou que a Dra. Nivalda fez um trabalho excelente nas Sociedades de Desenvolvimento, que coincidiu com a entrada do presente executivo, onde vários investimentos da Sociedade de Desenvolvimento se encontravam numa situação difícil. Deu o exemplo do Campo de Golfe, que atualmente tem esgotado as horas para jogar, o que fez com que o Governo Regional faça um investimento no aumento do Campo de Golfe. Recordou a obra que estava a decorrer no Penedo do Sono para requalificação do espaço. Disse que não aceitaria a alteração do espaço do Centro de Artesanato não fosse para disponibilizar o espaço à população do Porto Santo, e se querem crescimento, os novos serviços presentes nesse espaço, terão a dignidade que precisam. _____

Desejou felicidades à Dra. Nivalda Gonçalves, e espera que a pessoa que irá substituí-la tenha o mesmo carinho e empenho pelo Porto Santo. Disse ter sido um prazer trabalhar com a Dra. Nivalda, fizeram a obra do Campo de Ténis, terminaram a obra da Baiana e a abertura do museu e encontraram solução para o Novo Banco. Foram esses trabalhos que fizeram com que fosse depositada a confiança para ser agora a nova presidente da Segurança Social, que também é um elemento importante para o Porto Santo, esperava em breve ter uma reunião. Sobre o estacionamento existiam 2 situações, mantinha o compromisso, após a saída do Parque de Materiais do Governo Regional, para criação de uma zona de estacionamento e outros investimentos que iriam anunciar em breve. Disse ter conhecimento que o Governo Regional iniciou contacto com a Madeira Parques para que o Parque de Materiais do Governo Regional seja deslocado para o Parque Industrial, aguardava a reunião com o Secretário Regional das Infraestruturas, para posteriormente resolver esses assuntos. _____

Referiu o campo de futebol do Clube Desportivo Porto-Santense, que se encontrava num estado lastimável e também carecia de resolução. _____

Disse que a alteração do Plano Diretor Municipal, que fazia com que as caves

dos prédios contassem para área de construção, iria contribuir no Centro da Cidade para outro tipo de construções e futuramente exista investimento nessas áreas. O Município do Porto Santo estava em contacto com o Ministério da Defesa para fazer a aquisição do espaço em frente à Capitania, onde estão localizadas as barracas de venda de produtos agrícolas. A intenção do Município era ficar com o espaço, e tinha indicação dos técnicos de existir a possibilidade de construir um estacionamento subterrâneo nessa área, o que traria grandes benefícios ao Porto Santo. Informaram o Ministério da Defesa de tudo o que foi pedido e estavam a aguardar que fosse colocado o valor, para verificar se o Município teria condições para adquirir o terreno. _____

Continuou dizendo que se tinha comprometido com a criação de estacionamento, e foi criado um parque de estacionamento provisório junto ao estabelecimento Pingo Doce, o que beneficiou a cidade. A medida implementada, proposta pelo UNE da isenção de pagamento dos estacionamentos durante o fim de semana também beneficiou o estacionamento. Disse que ainda estava longe de cumprir a solução para o estacionamento, pois o Porto Santo estava em crescimento e teriam de ser pensadas soluções a longo prazo._____

Sobre a plataforma, esta já estava criada, mas não tinha a utilização esperada. Disse que o grupo de WhatsApp a que o vereador se referiu, era um grupo político do Acredita Porto Santo, onde as pessoas convidam-se a entrar, sendo que aquando da criação do grupo foram enviados alguns convites, os participantes costumam colocar perguntas, que são respondidas, mas que em nada estava relacionado com os canais de comunicação do Município. Sendo que o principal órgão de comunicação era mesmo o cara a cara, onde as pessoas informavam sobre o que era necessário melhorar e fazer, e chamando a atenção sobre situações para que pudesse atuar de forma imediata. _____

Terminou reforçando que o grupo de WhatsApp Acredita Porto Santo, era um

Livro	Folhas

grupo político, de uma equipa política, que sempre falou em compromissos, porque foi com isso que se comprometeu com a população. Não fugia às questões nem tinha qualquer problema em responder em qualquer sítio a questões levantadas. Em todos os procedimentos feitos, que eram feitos sempre da melhor maneira, mas não implicava que nunca existisse equívocos. Deu o exemplo do que se passou na Câmara Municipal de Santa Cruz, onde a Câmara ajudou a população com apoio médico a exames, fazendo o pagamento direto às empresas, o que acabou por levantar um grande problema com o Tribunal de Contas. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, mencionando o problema de resíduos abandonados, a caminho da Calheta, estava uma grande quantidade de lixo à beira da estrada. Questionou se quem colocou o lixo ali, não pegava no lixo e levava para o local correto, disse notar que existe um aumento de lixo nos fins de semana, que era quando mais pessoas se deslocavam ao Porto Santo e durante os fins de semana não tinham nenhum serviço ao qual pudessem recorrer para fazer a recolha. _____

Sobre o parque de estacionamento perto do Pingo Doce, sugeriu que fosse alargada a entrada mais pequena, para facilitar o fluxo de trânsito, uma vez que já não é permitido virar para o Pingo Doce, no sentido Vila-Porto de Abrigo. _____

Relativamente à redução do custo de corte das palmeiras, elogiou o Senhor Presidente, por se ter reduzido o custo em cerca de 20.000,00€. _____

Referiu a autobetoneira que se encontrava no funchal à espera de orçamento, questionou em que estado se encontrava. _____

Questionou sobre a ligação de água para a barraca de vendas de crepes, se esta era da responsabilidade do Município. _____

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao Vereador Miguel Brito, dizendo que tinha feito o compromisso de revitalizar a Rua João Gonçalves Zarco, mas que o projeto teve que parar porque o projeto da A.R.M. para substituição das redes

de água, para eliminar a conduta de água que vai até ao Porto Abrigo e acabar com as aberturas da via principal de acesso à cidade, este projeto teria obras a executar junto da Padaria e junto à ribeira. Nesse momento será revista a forma de reposição e os melhoramentos. Continuou dizendo que a exemplo do que estavam a fazer com as estradas, em trabalho conjunto com a A.R.M. e a Empresa de Eletricidade da Madeira, iam fazer com que, poupando e otimizando os recursos, tivessem uma solução de requalificação do espaço conforme merece. Informou que iria ser lançada uma empreitada de forma a requalificar a Rua João Santana, os passeios junto à Padaria e junto à Câmara Municipal. A cooperação com a A.R.M. tem sido profícua. Existia o compromisso, de na zona da Camacha de Baixo, fazer o saneamento básico, que era inexistente, e essa obra já estava em andamento. Disse que ao terminarem as obras, cerca de 98% da população terá acesso a saneamento básico. _____

Respondendo ao Vereador Luís Bettencourt, sobre os resíduos, disse não existir nenhuma recolha no próprio dia em que se telefona para o serviço, as recolhas eram agendadas e combinadas atempadamente, pelo que as pessoas poderiam ligar para a A.R.M. para as recolhas. _____

Reforçou a importância das coimas para os prevaricadores. _____

Sobre o parque junto ao Pingo Doce, agradeceu a sugestão do Vereador. _____

Relativamente à autobetoneira, esta foi transportada para a Madeira no carro de uma empresa que ia vazio, a seu pedido, de forma a poupar ao Município o custo do transporte da autobetoneira. Disse que não existia nenhuma empresa que se disponibilizasse a fazer o arranjo da autobetoneira, sem a desmontar e verificar qual o problema. Foi desmontada, e recebera o orçamento que já tinha informado aos vereadores, e agora precisava de fazer um procedimento de contratação pública para a reparação da autobetoneira e outros equipamentos, tal como auto varredora, que tem sofrido diversas avarias, chegando aos cerca de

Livro	Folhas

50.000,00€ gastos para o arranjo desta, era ainda necessário perceber se valia a pena o gasto em arranjo ou adquirir uma nova.

Sobre a ligação de água à barraca dos crepes, esta estava ligada ao contador do Município. Disse que já existiram diversos contatos por parte dos comerciantes junto da A.R.M., para a colocação de um contador, o que não invalidava que o Município fornecesse água, como o fez em outras situações. Disse que não iria fazer mais nenhuma referência ao assunto, pois o Vereador tinha feito uma queixa no Ministério Público.

Continuou dizendo que existia um constante ataque à seriedade do Presidente da Câmara, e não tinha qualquer problema em assumir, que ouvia, quem o quer ajudar como quem lhe faz oposição, ou os vídeos que o vereador fazia. Existiam várias situações e mentiras, que nem ia refutar, que iriam ser facilmente desmontadas no momento certo, e que o Ministério Público existia para todos. Face ao evoluir das coisas, preferiu durante algum tempo não valorizar, mas antes de assumir que era candidato à Câmara Municipal, reuniu com as pessoas mais próximas e família, e que lhe disseram que não podia continuar apenas como observador e teria que agir. Disse que no último vídeo do Vereador, este fez alusão a um comerciante, e que o Senhor Presidente tinha saído do restaurante desse comerciante sem pagar a conta. Questionou se o vereador confirmava que o comerciante lhe dissera que o Presidente não pagou a conta. Questionou ainda se o vereador aceitava que o comerciante estivesse presente numa reunião pública e falasse aos munícipes sobre o que aconteceu.

Continuou dizendo que por diversas vezes, o vereador referira-se ao Senhor Presidente como arguido, dessa forma tomou a decisão e estava a trabalhar com os advogados do Município de fazer um resumo de todos os processos que estavam a decorrer contra si como Presidente da Câmara, como também terá um parecer jurídico daquilo que pode explicar aos Porto-Santenses, e iria falar sobre isso na

próxima reunião pública.

Relembrou 2 memórias que tinha de criança, em que 1 chegou à Residencial Zarco na Madeira e viu inúmeros cheques sem cobertura expostos, a outra fora quando no talho do Senhor Heliodoro, este expôs uma lista de pessoas que estavam a dever dinheiro, e os seus pais lhe disseram, para durante a sua vida nunca acabar numa lista daquelas. Desafiou a quem devesse um cêntimo que dissesse alguma coisa.

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, dizendo que aceitava que o comerciante estivesse presente, porque não inventava histórias e lhe foram apresentados factos.

Disse que poderia facilitar o processo ao Senhor Presidente e lhe dar os números dos processos que estavam a decorrer no Ministério Público. O Senhor Presidente que apresentasse o parecer e explicasse o que tinha para explicar aos Porto-Santenses. Não iria fugir às questões.

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao vereador, solicitando resposta à sua questão, se fora efetivamente o comerciante que dissera ao vereador, que o Presidente tinha saído do seu estabelecimento sem pagar. Conforme referiu anteriormente iria começar a colocar processos no Ministério Público, sobre aquilo que achava estar mal.

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, dizendo que estava à disposição que o comerciante fosse à reunião prestar declarações e então nessa altura iria confrontar o comerciante e responderá a tudo publicamente.

Interveio o Senhor Presidente, dizendo que o vereador dissera claramente no seu vídeo que fora o comerciante que lhe dera a informação, e só lhe pediu que confirmasse se era verdade ou não. Caso o comerciante confirme a informação, iria entender-se com ele no Ministério Público.

O Vereador Luís Bettencourt, disse que só confirmava quando o comerciante

Livro	Folhas

estivesse presente.

PASSOU-SE, DE SEGUIDA, À APRECIAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS:

PROPOSTAS OBRAS PARTICULARES: O Presidente da Câmara, Nuno Filipe Melim Baptista apresentou a seguinte proposta:

1) "PEDIDO DE EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL QUANTO À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE NO PRÉDIO RÚSTICO MATRIZ N.º95 DA SECÇÃO "V", LOCALIZADO NA LÍNGUA DE VACA.

Face ao requerimento apresentado pelas Sociedades requerentes Alçado Direito - Engenharia e Reabilitação, Lda. e Timberteam, Lda., (Proc. n.º 398/2025), proponho, que a Câmara Municipal delibere, o seguinte:

Emitir, nos termos do disposto no artigo 54.º, n.º 1 da Lei n.º 91/1995, de 2 de setembro, com as alterações da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer favorável quanto à constituição de compropriedade no prédio rústico matriz n.º 95 da secção "V", descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto Santo sob o n.º 6188/20061016, localizado na Língua de Vaca."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

PROPOSTAS:O Presidente, Nuno Batista, apresentou as seguintes propostas:

1) "PRESTAÇÃO DE CONTAS: ANO FINANCEIRO 2024

Considerando que:

1. De acordo com o disposto no artigo 27.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais e no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, a segunda sessão ordinária do órgão deliberativo do município, a realizar-se durante o mês de abril, destina-se à apreciação dos documentos de prestação de contas

individuais;

2. Compete à assembleia municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal;

4. Atendendo ao disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao presidente da câmara submeter os documentos referidos nas alíneas precedentes à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal;

5. Face ao estipulado no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, fazem parte dos documentos de prestação de contas: o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental da receita e da despesa, a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos e respetivos anexos às demonstrações financeiras e orçamentais;

6. Os documentos de prestação de contas das entidades que sejam obrigadas à adoção da contabilidade patrimonial devem ser remetidos, ao órgão para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas emitidos pelo auditor externo, conforme estipulado no n.º 3 do artigo

Livro	Folhas

76.° e na alínea e) do n.°2 do artigo 77.°, ambos da Lei n.°73/2013, de 3 de setembro;

7. As regras da prestação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas de 2025 encontram-se plasmadas na Resolução do Tribunal de Contas n.° 4/2024, publicada na 2.ª série do Diário da República de 23 de dezembro de 2024, e na Instrução daquele mesmo Tribunal n.° 1/2019, de 6 de março, que define, entre outros, a organização e a documentação a que as contas individuais devem obedecer. Destacando-se a necessidade de identificação dos factos mais importantes, que no âmbito do documento aqui versado constam do quadro seguinte:

Mapas	Valores apurados a 31.12.2024
Balanço	
Ativo	38.949 696,71
Passivo	4.176.146,01
Património Líquido	34.773.550,70
Demonstração de Resultados	
Resultado Líquido	557.622,21
Rendimentos	6.974.144,31
Gastos	6.416.522,10
Demonstração de Fluxos de Caixa	
Recebimentos	6.775.577,84
Pagamentos	6.069.418,67
Desempenho Orçamental	
Recebimentos	6.812.399,35
Pagamentos	6.106.320,59
Saldo inicial de operações orçamentais	1.445.535,85
Saldo inicial de operações de tesouraria	41.619,08
Saldo final de operações orçamentais	2.151.614,61
Saldo final de operações de tesouraria	41.699,49

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara Municipal do Porto Santo delibere, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, para posterior remessa à Assembleia Municipal do Porto Santo para apreciação e votação, sobre os documentos de Prestação de Contas referentes ano económico de 2024 onde se inclui o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais."

Na discussão deste ponto, interveio o Senhor Presidente, apresentando a última prestação de contas do executivo, votada ainda por este. Disse que todos têm áreas de preferência e não nega que lhe traz grande prazer saber que irá existir saneamento básico na Camacha, onde não existia, a requalificação da zona do bar Golfinho, logo após a Páscoa, o Miradouro da Lapa, o Miradouro das Lombas, mas a sua área de preferência era a área financeira. Disse que ao fim de várias décadas, e com as mais baixas transferências de estado de sempre para o Município do Porto Santo, o Município voltava a ter resultados positivos, o que significava uma maior capacidade para investir em pessoas e no território sem ter que recorrer a crédito, porque conseguiram reduzir a dívida que receberam, e também porque ainda não tinham utilizado dinheiro do contrato para valorização das estradas. Mencionou um amigo seu da política que fez 3 mandatos na Câmara Municipal de Velas, concelho geminado do Porto Santo, que anunciou que o seu Município apresentou endividamento zero. Disse que gostaria de um dia poder fazer isso, competiria aos Porto-Santenses e à saúde para trabalhar.

Continuou dizendo que num primeiro ano, em que o orçamento de 2022 deixou 400.000,00€ para investimento, e a opção fora o investimento nas famílias, com a criação do apoio aos estudantes universitários, do apoio ao material escolar, do banco de ajudas técnicas com contava com a presença da Vereadora Mariana Vasconcelos, com a sua experiência de enfermeira que tem montado as ajudas

Livro	Folhas

técnicas e fazia questão de estar presente e apoiar os munícipes. _____

Disse que existia um longo caminho a percorrer, e que imaginassem o que seria possível fazer, se o Porto Santo que recebia 2.050.110,00€ de transferências de Estado com 5.149 habitantes, recebesse o mesmo que Figueira de Castelo Rodrigo que tem 5.148 habitantes e recebia 10.843.195,00€, e que esta seria a exigência que o Município iria fazer sempre de igualdade. No próximo Governo da República, esta situação teria de ser revista e alterada, porque acima de tudo, o compromisso fora de assumir nos 4 anos de mandato, trazer o Município até os resultados pretendidos, sendo retiradas verbas, era a demonstração que tinham uma Câmara Municipal equilibrada, bem gerida, com capacidade para anunciar medidas para um futuro próximo, como a devolução total do IRS às famílias ou até a criação de um programa à imagem do Governo Regional do pagamento das viagens aos estudantes universitários do Porto Santo. Sabe o que custou e o que enfrentaram, que fora uma baixa das receitas, receitas que cresceram mais de 300% durante os últimos anos, o IMT cresceu 211%, quando falara que a isenção da derrama aos comerciantes do Porto Santo seria benéfica para a captação da derrama acima dos 150.000,00€, os Porto-Santenses e as pequenas empresas do Porto Santo deixaram de pagar, e esta conseguiu cresceu 244.97%. Continuou dizendo que prometeu estabilidade, e o quanto ela era importante, mesmo enfrentando dificuldades como o pagamento integral da indemnização da palmeira, o pagamento dos financiamentos do canil, do cemitério e dos apartamentos do Campo de Cima. Possibilitou com que aumentasse tudo o que referira anteriormente. Quer liquidar uma dúvida com a empresa Farrobo, de obras que não foram orçamentadas, porque não existia regime de concurso público, também quer resolver a Porto Santo Verde, que tem um processo em tribunal no valor de 1.000.000,00€. A oposição chegou a referir-se ao saldo de gerência do primeiro ano, e este ano esperando que seja o próprio a receber, no

final do ano, o saldo que gerência que será a imagem do presente ano, este será 3 ou 4 vezes superior àquele que recebeu empolado por o financiamento que fora feito para as estradas. Finalizou descrevendo a conclusão do relatório de avaliação às demonstrações financeiras do Município feita pelo revisor oficial de contas que dizia "(...) O Município do Porto Santo demonstrou um desempenho financeiro sólido em 2024, com evolução positiva nos indicadores de liquidez, rentabilidade e solvência além de um controle efetivo de despesas e recebimentos adequados das transferências do Orçamento de Estado (...)", era um compromisso seu que se encontrava cumprido, fruto do empenho e dedicação da sua equipa. __

Interveio o Vereador Miguel Brito, dizendo que era o último documento de prestação de contas discutido e deliberado pelo presente executivo, reflexo daquilo que foram as políticas aplicadas pela coligação Acredita Porto Santo, embora se reveja em algumas das políticas aplicadas, como por exemplo o apoio aos jovens, entre outros, a sua estratégia passava por outro tipo de aplicação de políticas. Estava refletido na prestação de contas, a criação de apoios sociais que achava essenciais e fundamentais, mas aquilo que gostava de ver refletido no relatório era cada vez menos apoios no sentido social, que era um sinal que a população estaria cada vez mais autónoma e não dependia de tantos apoios sociais. A estratégia de continuar a apostar na política da dependência, não ia ao encontro das aspirações do Porto Santo, pois achava contraditório, nos últimos anos os governantes e executivos se vangloriarem pelo crescimento económico, pelo aumento do número de visitantes, quando achava que as pessoas não eram só consideráveis a nível numérico, era necessário aumentar a qualidade de vida da população e era um propósito que tinha e achava que apesar de terem existido algumas alterações significativas que aumentaram a qualidade de vida de algumas pessoas, ainda ficava muito aquém das expetativas daquilo que tinha como projeto, de maior dimensão, de forma a autonomizar mais a população para não

Livro	Folhas

depender tanto de apoios.

Referiu o contrato inter administrativo com a Junta de Freguesia, que fazia parte da ordem de trabalhos, e que ao longo dos 12 anos de participação política do vereador, não tem fugido dos parâmetros do apoio social. Enquanto outras Juntas de Freguesia do país, têm planos de ação mais diversificados com requalificações de espaços e de mais eventos culturais.

Disse que existia outra evidência na Prestação de Contas relacionado com o argumento e a narrativa que se foi criando ao longo do tempo, e onde o Partido Socialista foi sendo verdadeiro, sobre as transferências de Estado. A Prestação de Contas veio demonstrar que mesmo com uma diminuição das transferências de Estado, e deveriam sempre lutar para serem reforçadas, foi possível ao Município crescer a nível económico, sem sequer ter em conta a receita que iriam ter no próximo ano, resultante da Taxa Turística, sem terem realizado contratos-programa significativos com o Governo Regional. A atual Lei de transferências de Estado acabou por ser suficiente para o Município recuperar dívida e pagar obras do passado, e acabava por deitar por terra muitos políticos que ao longo sua caminhada política, usaram esse argumento de forma demagógica. Continuou dizendo que não iria votar contra a Prestação de Contas, mas abstém-se por entender que o caminho que seria trilhado pelo seu projeto, teria sido melhor para o Porto Santo.

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, referindo-se às receitas obtidas que o Senhor Presidente mencionara e que deram origem ao estatuto que o orçamento tinha. Solicitou que o Senhor Presidente sintetizasse quais foram as receitas que originaram estes aumentos.

Interveio o Senhor Presidente, em resposta ao Vereador Miguel Brito, dizendo que sempre considerara a opinião do vereador, considerava válidas as intervenções do mesmo e sempre valorizou as intenções do vereador

relativamente ao Porto Santo, embora discordasse de algumas situações, como criar socio-independência. Atualmente o Porto Santo, em várias alturas do ano tinha desemprego zero e os apoios sociais eram para quem realmente não conseguia trabalhar. O Fundo Municipal de Emergência, era disponibilizado a famílias que tivessem um rendimento inferior a 200€ per capita, que só demonstrava uma questão de muita necessidade, já diferia do Banco de Ajudas Técnicas. Referiu o projeto Casa Arrumada, que no presente ano já se encontrava orçamentado e a funcionar e em breve sairiam as primeiras propostas, as pessoas teriam a oportunidade, até ao valor de 5.000,00€, de fazer pequenas obras nas suas casas. _____

O vereador dizer que deveriam aumentar muito mais a qualidade de vida dos Porto-Santenses, era só questionar qualquer comerciante em 2019, onde existiu um mês e meio de época alta e poucos eventos. Estava disponível para comparar, somente em eventos, existiram eventos nacionais, europeus, regionais, tanto desportivos como culturais, foram feitas quase 50 utilizações do Centro de Congressos. Atualmente, pese embora não tenhamos ainda ligações a Portugal Continental durante o ano todo, mas a partir do próximo mês iriam existir ligações aéreas diárias feitas por duas companhias para Lisboa, para além de ligações para o Porto. Sempre dissera que queria apostar no turismo nacional e que na Madeira também optaram por essa vertente, existindo um crescimento enorme a nível nacional, sendo uma grande demonstração de criar emprego na ilha. _____

Disse que iriam votar no mapa de pessoal do Município, e o trabalho que feito financeiramente iria permitir que o Município conseguisse contratar mais de 23 pessoas, possibilitando oportunidade a jovens que saíram do Porto Santo e que podem voltar e acima de tudo uma oportunidade de vida que há muito tempo não era criada. _____

Relativamente às transferências de Estado, disse nunca ter se refugiado nesse

Livro	Folhas

assunto. Recordou que em 2024, o Porto Santo recebeu 2.050.110,00€ com 5.149 habitantes, enquanto a Ilha do Corvo com 384 habitantes, recebeu 2.187.581,00. Disse que não se tratava de se defender de não fazer mais, por causa das transferências de Estado, mas sim do caminho que escolheram, demonstrando ao país que conseguiram fazer a sua parte, não estando 100% independentes nem do Governo Regional nem do Governo da República, mas não iam compactuar com injustiças, quando um Concelho com menos 1 habitante recebia 11.000.000,00€. E se com 2.000.000,00€ fizeram muita coisa, imaginava o que se faria com 11.000.000,00€. Era o caminho que ia seguir, por igualdade de oportunidades. __

Continuou dizendo que ainda não estava refletido na Prestação de contas, o acordo do Plano de Ação com o IDR, que terá seguimento, pois o grau de execução era extremamente importante e até 2030 o Município do Porto Santo, pela primeira vez terá acesso a 12.000.000,00€ a fundo perdido, investindo cerca de 6.000.000,00€ para o desenvolvimento do Porto Santo, no turismo, na cultura, no desporto, protegendo a Biosfera e criando o Porto Santo que todos esperam para o futuro. _____

Em resposta ao Vereador Luís Bettencourt, disse nunca lhe ter mostrado indisponibilidade para lhe explicar o orçamento, mas dissera donde provinham as receitas que fora a Receita fiscal da derrama que cresceu 244%, o IMT cresceu 211%, o aumento da receita dos valores do IRS, e recordou que havia dito no primeiro mandato que não seria possível a devolução total, mas atualmente o Município já tinha condições para no próximo orçamento fazer a total devolução do IRS às famílias. Para além da eficiência e eficácia que era fundamental nos contratos públicos, das compras, e deu o exemplo do que foi poupado para o corte das palmeiras. Fora a gestão criteriosa que permitiu fazer vários investimentos no Município, como máquinas novas, viaturas de serviço para os colaboradores, atualização de categorias, atualização de valores e comprometeu-se a resolver

tudo o que estava atrasado acerca da avaliação dos trabalhadores. As mudanças feitas, em diversos contratos, e a poupança resultante, contribuiu para que depois se pudesse comprar fardamento, pudesse apoiar os colaboradores na criação de uma associação em prol dos próprios, sem qualquer intervenção por parte do executivo. Tem conhecimento que dizem que anda pouco pela rua, mas não seria possível de outra maneira, e dará tudo de si para cumprir os seus compromissos. _

Interveio o Vereador Miguel Brito, fazendo menção ao que o Senhor Presidente dissera de existir diferenças políticas e ideológicas, e no seu lugar como vereador tem direito a ter outra visão e opinião, respeitando as ideias e propostas implementadas pela coligação Acredita Porto Santo, entre PSD e CDS, embora nunca chegasse a perceber o papel do CDS, ressalvou que em momento algum era contra os apoios sociais, até porque no programa da coligação faziam parte apoios necessários para a população. Disse que não aceitava que fizessem comparações com outros, nem iriam fazer defesa ou ataque a outros concelhos, pois cada concelho tinha a sua especificidade. O concelho do Porto Santo tinha a sorte, ou não, de ter uma Sociedade de Desenvolvimento que tinha a responsabilidade de gestão de muitos espaços públicos, tinha um representante do Governo que também tinha a responsabilidade de gestão de outros recursos. Nos outros concelhos poderiam existir outras carências como em estradas e saneamentos, que eram critérios que faziam parte da antiga lei, que necessita revisão, e a seu ver não deveria sequer ser comparado com o Porto Santo. Existia a necessidade de serem realistas e olhar para as próprias competências e obrigações com a população, porque não bastava se dizer que se queria mais, mas dizer que se queria mais e explicar o que fazer. Na sua opinião deveriam ser ambiciosos e ter a faceta de regionalismo e defender o que é a nossa terra, mas dentro da realidade. Eram necessários critérios e um plano, porque sempre fora dito à população que o dinheiro não era suficiente para fazer face às obrigações e competências do

executivo. O querer mais seria por exemplo, para ficar com a responsabilidade da praia, para realizar um projeto, para o qual não tinham dinheiro. No fundo o que queria dizer era que a prestação de contas veio demonstrar que o executivo durante 4 anos, mesmo devolvendo mais IRS às famílias, aumentando saldos de gerência, aumentando a receita mesmo sem ter aumento das transferências de Estado nem do Governo Regional, que foi possível existir recuperação económica. Continuou dizendo que como munícipe queria que o executivo explicasse porque queria aumento nas transferências. Reforçou dizendo que não era contra os apoios sociais, tendo o seu próprio partido, essa vertente, mas nunca iria usar exemplos numéricos de outros concelhos para deturpar a realidade.

Interveio o Senhor Presidente, referindo-se à intervenção do Vereador Miguel Brito, dizendo que as questões que os divergiam eram normais, que o vereador tinha dito que era possível trabalhar com os valores disponíveis, e realmente o conseguiram fazer, e tomava-o como um elogio. Parafraseando Luís Montenegro disse "*que aqueles que não votaram na AD, têm agora mais razões para votar na AD*", continuou dizendo que aqueles que não votaram no Acredita tinham agora mais razões para votar no Acredita depois do trabalho demonstrado. Solicitou ao vereador que quando visse as suas entrevistas que o fizesse com atenção, que quando o questionaram sobre o representante do Governo Regional e quais as competências que deveriam ser transmitidas para a Câmara Municipal e deu o exemplo da praia e de outras, que tinham de ser acompanhadas pelas transferências de Estado e quando comparava com outros municípios, não era para enganar as pessoas, tendo comparado com municípios que não pertenciam à região para não o acusarem de estar a falar de concelhos de outros partidos. Questionou se o concelho do Porto Moniz e da Ponta do Sol não tinham investimentos do Governo, nem da Sociedade de Desenvolvimento, porque no dia anterior teve conhecimento de contratos-programa entre estes 2 municípios e o

Governo Regional. Disse que o Município do Porto Moniz recebia 5.371.000,00€, o Município de São Vicente que era da mesma cor política da coligação Acredita Porto Santo, e o vereador teimava em falar no CDS e não lhe ficava bem, porque o obrigava a falar, disse que não era uma geringonça. Continuou dizendo que o presidente do Partido Socialista que se candidatou recentemente a Presidente do Governo Regional, na Câmara do Funchal, teve uma geringonça com 10 ou 12 partidos e não se lembra de ver isso refletido na vereação. O projeto Acredita Porto Santo tem a sua sustentabilidade, tal como a AD, onde cada um ocupava o seu espaço. Não era comparável 1800 votos com 100 votos, que foram os resultados que avaliaram, mas a presença do CDS era sempre bem-vinda. Disse não ter medo das suas responsabilidades, nem de tomar decisões. Na Madeira, estavam a menos de metade do que os outros concelhos recebiam e não fizeram contratos-programa com o Governo Regional, porque embora os quisesse fazer, guardou-os para a habitação, que era a principal preocupação do Porto Santo e brevemente iriam apresentar várias soluções em contrato-programa. Estava aprovada a aquisição ou construção de 30 fogos pelo Município, onde 80% era a fundo perdido, eram cerca de 6.000.000,00€, mas para assinar o contrato necessitava de uma garantia, e não o tinha feito ainda, porque os restantes 2.000.000,00€ seriam pagos pelo Governo Regional. Disse que o Senhor Presidente do Governo comprometeu-se consigo e que podia avançar com a candidatura. Continuou dizendo que as cooperativas também chegariam ao Porto Santo, as casas a custo controlado que já estavam prontas, seriam entregues em breve. Todo o trabalho relacionado com os contratos-programa, na sua opinião, face ao investimento do Governo Regional na Unidade de Saúde Local, por via do PRR, o aumento do Lar de Idosos, entre outros, ninguém levaria a mal que tivesse guardado esses contratos-programa, correndo o risco caso o Governo não fosse reeleito, mas era um compromisso que será cumprido. _____

Livro	Folhas

Relativamente à questão do vereador Miguel Brito, sobre a barraca dos crepes, relembrou que na anterior reunião, esteve presente um pedido de arranjo da zona onde se encontravam as barracas de venda de produtos regionais. Esse arranjo seria feito e seriam colocadas barracas iguais e melhoradas, que só seria feito por uma razão. Disse não se recordar de alguma vez, algum executivo municipal ter 3 eleições para o Governo Regional, e a proposta que estava na Assembleia Legislativa da qual o vereador tinha conhecimento porque se encontrava lá, de construção da estrada da Fonte da Areia e do Mercado da Doca iria avançar, mas as obras não ficariam prontas a tempo das eleições. _____

Informou que na semana seguinte iria ser lançado, por via do IFCN o concurso para a reabilitação entre a Camacha e o Pico do Castelo, as terras junto ao canhão e a reparação de outras vias. _____

Disse que o que levava de bom na política era assumir um compromisso e depois o cumprir. _____

Interveio o Vereador Luís Bettencourt, relembrando o que o Senhor Presidente dissera acerca do saldo de gerência deixado pelo executivo anterior e referira o empréstimo para as obras das estradas. Recordou que quando o executivo assumiu funções em outubro de 2021, as estradas já tinham sido asfaltadas e processo teria findado, questionou se esse valor transitava para o saldo de gerência. _____

Interveio o Senhor Presidente, respondendo que o executivo atual tinha beneficiado em termos políticos com a recuperação de algumas vias feitas pelo executivo anterior, mas que as coisas não estavam pagas antes de estarem prontas. O que estava feito no final de 2021, optaram por pedir a libertação do dinheiro à Caixa Geral de Depósitos e não transitar para o ano 2022. O orçamento era feito com base na receita do ano anterior, se deixassem isso acontecer, corriam o risco desse valor, de cerca de 700.000,00€, ocupar o orçamento de 2022, anteriormente referira que o orçamento de 2022 ficou com cerca de

400.000,00€, se o outro valor ficasse, provavelmente ficariam com um saldo de gerência negativo de - 300.000,00€. O saldo de gerência desse ano, fora por várias vezes referido pelo vereador Luís Bettencourt. Continuou dizendo que existia cerca de 25.000,00€ disponibilizados do financiamento para as estradas para a execução de um projeto, o resto ainda não estava no saldo de gerência, porque se a obra não estava feita, não iriam pagar. Só após as obras concluídas, fariam o ato de medição, fiscalização à empresa que fez a obra, com muita pena sua não estava incluído no concurso a pintura das estradas nem a sinalização, que fora feita somente atualmente, o que acabou por demorar mais um pouco, espera que a articulação com a A.R.M. e a Empresa de Eletricidade da Madeira seja frutífera e com aquilo que estava programado, no prazo máximo de 2 anos, as estradas do Porto Santo estariam 80% finalizadas, dando oportunidade a loteamentos, que não tinham receção definitiva no Município, deixaram de ter garantias bancárias e o Município teria que colocar alcatrão. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira e Mariana Vasconcelos, abstenção do Vereador Miguel Brito e o voto contra do Vereador Luís Bettencourt. _____

2) "PROPOSTA DE 1ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2025 (ARTIGOS 28.°, 29.° E 30.° DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA EM ANEXO À LEI N.° 35/2014, DE 20 DE JUNHO E ARTIGO 3.° DO DECRETO-LEI N.° 209/2009, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO) _____

Considerando: _____

I. Que o Mapa de Pessoal se constitui como uma importante ferramenta de planeamento e gestão dos Recursos Humanos da autarquia o qual deve ser dinâmico e estar, permanentemente, adaptado às necessidades sentidas pela autarquia de forma a dar resposta aos compromissos com as populações; _____

Livro	Folhas

II. O levantamento de necessidades de recrutamento realizado em conjunto com os membros do Executivo e com as Chefias Dirigentes;

III. A Reestruturação Orgânica levada a cabo que se supõe terminada até ao final do corrente ano;

IV. Que face aos condicionalismos legais atualmente existentes e à conjuntura adversa que atravessamos, a política de Gestão de Recursos Humanos impõe-se criteriosa e assente na cada vez maior racionalização dos Recursos Humanos para alcançar os objetivos das políticas municipais implementadas.

Apresenta-se, em anexo, o documento que constitui a proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município do Porto Santo para o ano de 2025, necessariamente revisto anualmente em conjunto com o Orçamento Municipal, contendo todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar no período a que respeita, nele se incluindo também a sua distribuição pelas várias unidades orgânicas que compõem a Estrutura Orgânica do Município (e as respetivas alterações em curso) e o tipo de vínculo que titula a relação jurídica de emprego de cada um dos postos de trabalho.

São, assim, manifestadas as necessidades de recrutamento e afetação do pessoal da autarquia, com vista à prossecução das atividades permanentes e temporárias do Município para o exercício de 2025.

Face a tudo que se acaba de valorar, serve a presente para submeter a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal deste Município, propondo-se que o Órgão Executivo, delibere no sentido de:

(i) Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, de acordo com o que antecede e com o documento anexo e remeter o mesmo ao Órgão deliberativo Assembleia Municipal para que este, por fim, o aprove no âmbito das suas competências próprias, designadamente ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação."

Na discussão deste ponto, interveio o Senhor Presidente, referindo com estranheza que quando não se lê um documento e vota-se contra o mesmo e agora provavelmente se iria votar favoravelmente no Quadro de Pessoal, não se ter por medida, que só era possível contratar mais 23 pessoas para o Município e atualizar as categorias dos colaboradores se existir o resultado financeiro que existiu, mas essas decisões ficavam com quem as tomava. Deixou uma mensagem, às inúmeras pessoas que concorreram que o Município ainda durante o presente ano iria abrir novos concursos para a contratação dessas 23 pessoas que referira, que não estavam incluídas nos concursos atuais. Precisavam de um Município dinâmico, forte, com capacidade de resposta, para que também o Presidente possa andar na rua e ouvir o que as pessoas têm para dizer.

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

3) "PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Considerando que:

Pela aplicação do novo Decreto-Lei N.º 190-E-2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime da Prevenção da Corrupção (RGPC), surge uma nova abordagem na gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, que interliga diversos normativos.

Atualmente encontra-se em vigor o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Câmara Municipal de Porto Santo (Plano) e que tem sido anualmente sujeito a monitorização.

Contudo com o novo paradigma de gestão de riscos, é necessário atualizar o

Livro	Folhas

Plano atual, sendo que neste documento também se procede à avaliação da implementação das medidas de mitigação do risco apresentadas.

Nos termos do atual quadro legislativo, a execução do Plano, bem como do controlo de todo o sistema de controlo interno, está sujeita a monitorização contínua, sendo elaborado um relatório de avaliação intercalar das situações identificadas no Plano de risco elevado ou máximo.

O presente Plano tem também em consideração o atual quadro de pessoal e regulamento de organização dos serviços municipais.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar:

1 - O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, e bem assim a avaliação e monotorização referente ao ano económico de 2024, em anexo;

2 - Remeter o mesmo para aprovação da Assembleia Municipal."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

4) "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO SANTO NA JUNTA DE FREGUESIA DO PORTO SANTO 2025

Considerando que:

O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.

Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de

coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências. _____

Nos termos do artigo 120.° do regime jurídico aprovado pela Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através de celebração de contratos interadministrativos, é nula. ____

A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; e da necessidade e suficiência dos recursos. _____

A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo. _____

Considerando ainda que: _____

Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações; _____

Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; _____

As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos

Livro	Folhas

termos dos artigos 117°, n.°2 e 131° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro; _____

A alínea l) do n.° 1 do artigo 33.° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro impõe à Câmara Municipal do Porto Santo a obrigação de discutir e preparar com a Junta de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências; _____

Nos termos do artigo 115°, por remissão do artigo 122°, da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências relacionadas com atividades sociais e culturais, ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias. _____

Que se pretende dotar a Junta de Freguesia do Porto Santo de meios que visem mitigar os efeitos da crise económica e social, nomeadamente o aumento do custo dos transportes e aumento da inflação. _____

Assim e considerando que as ajudas atribuídas pela Junta de Freguesia, se demonstram presentemente insuficientes face ao quadro geral do Município, é necessário acautelar que a manutenção desses apoios, e os pedidos, mesmo que a par de outros que venham a ser decididos pela Câmara Municipal, também no âmbito das mesmas atribuições. _____

Assim, proponho que a Câmara delibere: _____

1. Que a minuta do contrato interadministrativo (em anexo) de delegação de competências da Câmara Municipal do Porto Santo na Junta de Freguesia do Porto Santo - em matéria de apoio a atividades de natureza social (distribuição de cabazes de géneros alimentícios, de fraldas, material escolar e de bolsas de estudo), seja presente à reunião da Câmara Municipal do Porto Santo e, em conformidade com o disposto na alínea m) do n.°1 do artigo 33.° da Lei n.° 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal do Porto Santo, para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.° 1 do artigo 25.° da mesma Lei; ____

2. Comunicar a deliberação à Junta de Freguesia do Porto Santo, que deverá deliberar em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.° 1 do artigo 16.°

da referida Lei, e eventual submissão do presente à sessão da Assembleia de Freguesia de Porto Santo para autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma. _____

3. Delegar, desde já, no Presidente da Câmara Municipal, os poderes para proceder à outorga do presente contrato; _____

4. O cabimento da despesa que advém da celebração do presente contrato, no montante global de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros), tem cabimento na classificação orgânica AA1022 e económica 04050302, proposta de cabimento n.º 323/2025." _____

Na discussão deste ponto, interveio o Senhor Presidente, dizendo que anteriormente não respondera propositadamente à questão anteriormente feita, sobre o contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia, continuou dizendo que existia um relatório, que os vereadores podiam consultar quando quisessem, onde estava definido quem fora ajudado e de que forma. Recordou que o primeiro contrato interadministrativo fora feito antes da pandemia do Covid-19, no mandato de Idalino Vasconcelos. O contrato era o repor, daquilo que tem falado sobre o Município e que também acontecia com a Junta de Freguesia, sobre as transferências de Estado. Reconheceu o excelente trabalho feito pela Junta de Freguesia e o papel de proximidade que esta tinha, e se assim não fosse, iria repensar o contrato. Após a análise do relatório, verificou que as verbas transferidas pelo Município eram utilizadas de forma justa e enquanto assim se mantiver, o Município iria manter o contrato e caso tudo corra bem, existia a possibilidade de no próximo orçamento fazer uma atualização do valor e aumentá-lo. _____

Interveio o Vereador Miguel Brito, dizendo que efetivamente o primeiro contrato fora no mandato de Idalino Vasconcelos, recordou que nessa altura era autarca da Assembleia de Freguesia, onde analisou a forma como iriam atribuir os

valores que eram transferidos pelo Município. Recordo ainda que a Junta de Freguesia tinha orçamento próprio e na altura apresentava orçamentos e saldos de gerência superiores a 35.000,00€, não sabiam bem como iria ser implementado, mas reconheceu que após a implementação, todos os relatórios eram produzidos com grande capacidade técnica e espelhavam bem os valores e entendia que era uma forma de existir mais proximidade entre o Município e a Junta de Freguesia. Disse que na altura o próprio executivo da Junta de Freguesia recordava que o valor de 50.000,00€ não era suficiente para fazer face às suas necessidades. Estranhou a redução de 15.000,00€, o executivo atual dissera que depois os valores iriam ser reajustados e o Senhor Presidente já afirmou que no próximo ano, caso seja reeleito, iria reforçar essa verba. Questionou no que é que se iria basear para fazer esse reforço. _____

Aproveitando a comparação entre concelhos que o Senhor Presidente fizera, e ainda sobre o reconhecimento do papel de proximidade que a Junta de Freguesia tinha, disse que o Município do Corvo não conseguia fazer esse trabalho, pois não tinha Junta de Freguesia, recaindo sobre o Município essa responsabilidade, podendo ser uma das razões deste Município receber mais verbas das transferências de Estado. _____

Interveio o Senhor Presidente, dizendo que não percebia, como o Vereador que analisou os relatórios não entendia o porquê de o valor do contrato ser aumentado e depois diminuído, quando foi pela situação excecional da pandemia Covid-19. Se analisarem o orçamento regional da Secretaria da Saúde em altura de pandemia e o atual, certamente iriam verificar que este triplicou durante a pandemia. _____

Continuou dizendo que o vereador não percebia porque dissera que ia aumentar o valor no próximo ano, mas seria da mesma forma que achou importante reduzir. O Município para criar algumas situações, que na sua opinião, tinha mais capacidade que a Junta de Freguesia, como o Banco de Ajudas Técnicas, em

termos de pessoal para montar, o regulamento da Casa Arrumada, em termos de acompanhamento e fiscalização, entre outras. Com um orçamento de 400.000,00€, era preciso perceber que em 2022 disponibilizaram quase 10% do orçamento do Município para a Junta de Freguesia. Não admitia que existisse uma diferença tão grande relativamente a contas, quando o vereador achava que uma população de 384 habitantes tinha o mesmo direito de uma com 5100. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

5) "RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO _____

Considerando que: _____

1. A Lei n.º 24/98 de 26 de maio, aprovou o estatuto do Direito de Oposição, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática, no caso concreto aos órgãos executivos das autarquias. _____

2. Nos termos do artigo 2.º da referida Lei entende-se por oposição, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos. _____

3. O direito de oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei. _____

4. São titulares do Direito de Oposição os Partidos Políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. _____

5. O presente Estatuto confere aos titulares do Direito de Oposição nas

Livro	Folhas

autarquias locais: _____

O direito de serem informados regularmente e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; _____

O direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; _____

O direito de se pronunciarem e intervirem, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; _____

O direito de deporem perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de fatos sobre matérias de relevante interesse nacional, regional ou local. _____

6. De acordo com o artigo 10.º do Estatuto do Direito de oposição, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido estatuto, os quais são por sua vez, enviados aos titulares do Direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem. _____

Assim, _____

Proponho que a Câmara tome conhecimento e envie o Relatório de Avaliação do Grau De Observância do Estatuto Do Direito de Oposição 2024 (referente ao período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024), à Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98 de 26 de maio." _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por maioria, com os

votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos e Miguel Brito e o voto contra do Vereador Luís Bettencourt.

6) "PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DO PORTO SANTO E PORTO SANTO RACKET CENTER

Considerando que:

O Município do Porto Santo, tem por fim a prossecução de uma política globalizante de desenvolvimento desportivo que contemple e integre, de forma consequente, a ação e propostas das diversas pessoas coletivas de direito público e privado com atribuições no âmbito da cultura e do desporto, tendo por objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição física, intelectual e moral da sociedade através de uma prática desportiva a todos os níveis;

Nos objetivos traçados por esta edilidade se preveja que, no quadro da responsabilidade solidária da autarquia, escolas e movimento associativo, seja imperioso a colaboração a nível cultural e desportivo, importando assim definir e estruturar as condições dessa colaboração, de modo a garantir uma eficaz e transparente mobilização e utilização dos recursos disponíveis, mediante a celebração de protocolos, nos termos da lei.

Nos termos da lei, ao abrigo do disposto na alínea o) do n.° 1, artigo 33.° da Lei 75/2013, de 12 de setembro, esta é uma atribuição do Município do Porto Santo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas e, designadamente, à educação, cultura, desporto, ocupação de tempos livres e segurança;

Proponho, que a Câmara Municipal delibere:

1 - Celebrar o presente Protocolo de Cooperação com o Porto Santo Racket Center, para o ano de 2025, nos exatos termos descritos na minuta em anexo.

2 - Aprovar a referida minuta e delegar os poderes de representação do Município no Sr. Presidente da Câmara, Nuno Filipe Melim Batista, para outorga do

Livro	Folhas

respetivo Protocolo. _____

3 - Os encargos, emergentes desta ação, no montante de €13.000,00 (treze mil euros) e que asseguram a execução do presente contrato encontram-se inscritos, para o efeito, no Orçamento da Câmara Municipal do Porto Santo, na rubrica da classificação AA0102/04070104, proposta de cabimento 336/2025." _____

Na discussão deste ponto, interveio o Senhor Presidente, dizendo que iriam votar um Protocolo entre a Associação Porto Santo Racket Club e o Município do Porto Santo para a realização de um torneio oficial de Padel no Porto Santo. Atualmente era evidente o crescente número de praticantes deste desporto no Porto Santo e a Sociedade de Desenvolvimento estava a fazer um grande esforço para a melhoria das condições e prática deste desporto no Porto Santo, tanto para locais como turistas. Era pretendido com este torneio trazer cerca de 30 duplas nacionais que disputavam o circuito nacional até o Porto Santo, para divulgação da modalidade e da ilha, e para que os residentes também pudessem usufruir. ___

Referiu a prova de Andebol de praia, que em termos de transmissão de imagem e divulgação do Porto Santo foi imbatível. _____

A decisão de fazer o protocolo e o evento fora também com o intuito de valorizar o trabalho que tem sido feito pela Sociedade de Desenvolvimento e a possibilidade de proporcionar aos residentes um torneio oficial de Padel._____

Interveio o Vereador Miguel Brito, congratulando a proposta e dizendo que o caminho que foi sendo traçado para o Porto Santo nos últimos 20 anos, indicava que era o concelho da Madeira, mais bem preparado para realização deste tipo de eventos. Tinham um estádio de desportos de praia, no qual foi feito um investimento brutal para este tipo de eventos, que infelizmente encontrava-se desativado e obrigava a que os eventos fossem feitos noutros locais com custos acrescidos. Tinham o melhor pavilhão indoor da Madeira com mais capacidade que carecia deste tipo de eventos e esperava que futuramente existisse uma maior

coordenação entre o Município e o Governo Regional no sentido de promover esta infraestrutura para realização de eventos quer regionais, como nacionais e internacionais. No seu entender, o espaço não foi dinamizado da forma mais correta durante os últimos anos. O próprio Complexo de Ténis, que também foi de um grande investimento só atualmente é que estava em recuperação para eventos. Congratulou a proposta e gostava de até ao final do mandato de apresentar uma proposta para um evento na praia de Ténis de Praia, modalidade que também estava em crescimento. Gostaria de saber a abertura do executivo para este evento, a verba disponível e se existiria a hipótese de se realizar no presente ano ou até no próximo.

Interveio o Senhor Presidente, agradecendo as palavras do vereador, dizendo que no ano transato realizou-se um evento de Ténis de Praia no Porto Santo, embora o Município só tenha dado apoio logístico. Disse que a melhor forma de responder ao voto do vereador no ponto anterior sobre o direito de oposição, solicitou ao vereador que apresentasse um orçamento para a realização da prova o mais célere possível, porque o orçamento era feito do ano anterior para o ano seguinte, mas existia sempre a possibilidade, mas sem saber valores não se poderia comprometer, mas tendo em conta a forma como fora realizado o evento no ano anterior, certamente chegariam a um entendimento e estava totalmente aberto para apoiar a proposta do vereador.

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

7) "ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR E CRECHE PROF. DR. FRANCISCO DE FREITAS BRANCO, PORTO SANTO, NO PROJETO PARLAMENTO JOVEM REGIONAL - 3.º CICLO_

Considerando,

Livro	Folhas

O pedido, que junto se anexa e se dá por integralmente transcrito para os devidos e legais efeitos, solicitando o apoio do Município, no âmbito da participação da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche Prof. Dr. Francisco de Freitas Branco, Porto Santo, no projeto Parlamento Jovem Regional - 3.º ciclo.

Que de acordo com o disposto no artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara:

"u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;"

Assim, proponho que a Câmara municipal delibere pela assunção da despesa com aquisição de viagem para o jornalista, num valor global até €100,00 a ser suportado no âmbito do Processo n.º 05/2025 - Aquisição de serviços de viagens e alojamentos."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

8) "EXECUÇÃO DO PROJETO N.º 13548 - MADEIRA CONECTADA [AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO (AAC) | INVESTIMENTO C19-I08 TERRITÓRIOS INTELIGENTES - AMA | ESTRATÉGIA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS INTELIGENTES | N.º 01/C19-I08/2024 | AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA]

Considerando que,

O Município do Porto Santo integra a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM);

Considerando que a AMRAM, é uma pessoa coletiva de direito público, que integra todos os atuais Municípios da Região Autónoma da Madeira, tendo por objeto a promoção, representação e valorização dos interesses autárquicos dos Municípios associados;

Considerando que em 14 de novembro de 2024 foi apresentada a candidatura MADEIRA CONECTADA em consórcio, ao Aviso de Abertura de Concurso n.º 01/C19i08/2024 - AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA;

Considerando que a operação n.º 13548, candidatada pela AMRAM – Associação de Município da Região Autónoma da Madeira em consórcio, integra 11 (onze) Municípios, sendo eles os Municípios da Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente;

Considerando que a candidatura foi aprovada pelo Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, I.P., no dia 02/02/2025;

Considerando que o valor do investimento candidatado é de € 1.604.190,00 (um milhão seiscentos e quatro mil e cento e noventa euros), correspondente ao incentivo aprovado de € 1.604.190,00 (um milhão seiscentos e quatro mil e cento e noventa euros);

Considerando que o projeto n.º 13548 - MADEIRA CONECTADA prevê a aquisição de uma Plataforma de Gestão Urbana (PGU) e de 21 (vinte um) verticais, tendo sido a escolha dos verticais realizada de uma forma democrática entre todos os Municípios, face às suas próprias capacidades, dimensão e necessidades sentidas.

Os verticais sinalizados pelo Município do Porto Santo e que constam nos documentos da candidatura, são os seguintes:

- Gestão de estacionamento;
- Gestão da iluminação pública;

Livro	Folhas

- Gestão de frota;
- Analítica de vídeo;
- Gestão de consumos de água;
- Gestão de rega de espaços verdes;
- Disponibilização de agenda cultural;
- Gestão de eventos;
- Monitorização da população idosa isolada;
- Gestão dos consumos energéticos em edifícios e gestão de equipamentos

Assim proponho que a Câmara Municipal delibere:

1 - Aprovar o Contrato de Consórcio Interno para Execução do Projeto n.º 13548 - Madeira Conectada, em anexo;

2 - Propor à Assembleia Municipal que delibere e promova pela centralização na AMRAM à do(s) procedimento(s) pré-contratual(is) legais necessário(s) à execução da candidatura n.º 13548 - MADEIRA CONECTADA, aprovada no âmbito do "AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO (AAC) | INVESTIMENTO C19-i08 TERRITÓRIOS INTELIGENTES - AMA | ESTRATÉGIA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS INTELIGENTES | N.º 01/C19-I08/2024 | AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMAS DE GESTÃO URBANA", para a área geográfica abrangida pelo Município do Porto Santo que integra a Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM)da RAM), sem prejuízo das competência do Município do Porto Santo que decorrem contrato de consórcio interno."

Na discussão deste ponto interveio o Vereador Miguel Brito questionando se o valor do IVA pode ser reembolsado e se essa situação era uma opção.

O Presidente da Câmara respondeu que não era o município e disse que caso não exista reembolso por parte do estado do IVA, que está pendente de um parecer que será a Assembleia Intermunicipal onde estão todos os concelhos a

decidir a forma de pagamento que será feito por pagamento direto dos municípios à associação caso tenha o reembolso. Disse que este é um projeto que ascendia aos dois milhões de euros e que era preciso fazer alguns pagamentos para depois fazer o pedido de reembolso por parte da associação. Que foi determinado no dia anterior, em reunião de Assembleia Intermunicipal, que seria decidido em reunião da referida assembleia se seria feito com valores próprios da Associação de municípios ou se ia existir a possibilidade de contrair um empréstimo, a curto prazo, para fazer o pagamento e logo que sejam reembolsados os valores, seja liquidada essa operação financeira. _____

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

O Vereador, Artur Ferreira, apresentou a seguinte proposta: _____

"ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA "OS PROFETAS" NO ÂMBITO DO TORNEIO DE FUTSAL 24 HORAS _____

Considerando, _____

O pedido apresentado pela Associação Desportiva "Os Profetas", em anexo, solicitando apoio para aquisição de troféus e medalhas para o Torneio de Futsal 24 horas, nos dias 18 e 19 de abril; _____

O Município do Porto Santo, tem por fim a prossecução de uma política globalizante de desenvolvimento desportivo que contemple e integre, de forma consequente, a ação e propostas das diversas pessoas coletivas de direito público e privado com atribuições no âmbito da cultura e do desporto, tendo por objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição física, intelectual e moral da sociedade através de uma prática desportiva a todos os níveis; _____

No quadro da responsabilidade solidária da autarquia, é imperiosa a colaboração a nível cultural e desportivo, importando assim definir e estruturar as

Livro	Folhas

condições dessa colaboração, de modo a garantir uma eficaz e transparente mobilização e utilização dos recursos disponíveis.

Assim, pelo disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1 - Aprovar o apoio com a aquisição de troféus e medalhas no valor de 244,37 euros (duzentos e quarenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos) conforme proposta de cabimento em anexo;

2 - Esta proposta tem cabimento na rúbrica económica 020115, da orgânica AA 0102, conforme proposta de cabimento n.º 314/2025, em anexo."

Submetida a votação a presente proposta foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

Foi retirado da ordem do dia, por deliberação unânime, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt, a seguinte proposta que havia sido apresentada pelo UNE:

"PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE UMA ECOTAXA

Ao abrigo das funções que nos foram conferidas pela população Porto-santense e com o intuito de responder aos desafios económicos e ambientais que o Porto Santo enfrenta, o movimento independente de cidadãos - Uma Nova Esperança (UNE) vem aqui apresentar a proposta de aplicação de uma ecotaxa.

Considerando que já está a ser aplicada a taxa turística desde 1 de fevereiro do presente ano;

Considerando que essa vem gerar receita, mas não o suficiente para colmatar as deficiências orçamentais;

Considerando o impacto da entrada massiva de viaturas no Porto Santo, em particular no Verão;

Considerando, como já tinha sido proposto pelo UNE, que a aplicação de uma ecotaxa pode complementar e ajudar no crescimento dessa mesma receita;

Considerando que a implementação do sistema de transportes coletivos de passageiros SIGA tem sido fundamental na mobilidade dos cidadãos.

Considerando que este sistema veio colmatar algo que há muito era desejado pela população e não só, pois com a distribuição dos horários das carreiras e novas rotas, podemos chegar a qualquer sítio o que antes não acontecia.

Considerando que os dados estatísticos referem que entram por ano, no Porto Santo, por via marítima, cerca de 40,000 viaturas anualmente;

Considerando que, e como é obvio, o aumento significativo cria pressão na utilização dos espaços públicos, tais como estradas e entre outros.

Considerando que há um maior condicionamento na circulação de veículos numa ilha, em especial, nos meses de maior movimento turístico;

Considerando que a Ilha podia estar mais bem preparada para o efeito, mas é um facto que tem falta de estacionamentos e consequentemente, necessitará de investimentos nestas áreas.

Considerando que, se tivermos em conta que ao ser cobrado uma única vez, à entrada da Ilha, cada veículo (10€) e tendo em conta que se venham a taxar cerca de 50% desses veículos, estamos a falar de uma verba a rondar os 200.000.00€ anual ou mais, sendo que os restantes 50% serão os veículos de residentes, mercadorias, comércio, e elétricos, que na elaboração de um regulamento apropriado deverão estar isentos da referida ecotaxa;

O movimento independente de cidadãos - Uma Nova Esperança (UNE) vem, por tudo isto, apresentar a proposta de aplicação de uma ecotaxa que, ao ser aprovada será uma mais-valia, no imediato em termos económicos e ambientais.

E, por fim, vem o UNE propor que este Município crie um regulamento para o efeito, por forma a que entre em vigor ainda no decorrer deste ano e dessa

Livro	Folhas

maneira possibilite que o Município possua mais verbas e crie mais condições aos residentes e aos turistas que visitam esta nossa Reserva da Biosfera."

Na discussão deste ponto, interveio o Vereador Luís Bettencourt dizendo, ao abrigo das funções que lhes conferidas pelos porto-santenses e com o intuito de responder aos desafios económicos e ambientais que o Porto Santo enfrenta, que o Movimento de cidadãos Uma Nova Esperança apresentava uma proposta de uma Ecotaxa e leu a referida proposta.

Disse que o que se pretende é criar uma Ecotaxa permitindo isentar os locais, veículos de mercadorias e veículos elétricos, ou seja, tenho em conta o exagero de carros que circulam no verão e uma serie de fatores, considera que 10 euros, não prejudica ninguém.

Interveio o Presidente da Câmara dizendo que existiam casos na política, com alguma piada e disse que tinha sido muitas vezes acusado de andar a perder tempo com regulamentos e que agora lhe pedem que seja criado mais um.

Pediu que o Vereador Luís Bettencourt respondesse da forma mais honesta possível, uma vez que estão no mês de abril, se ele considerava ser possível implementar aquela medida brevemente, até ao final do mandato, porque caso assim não seja, que o que estavam a fazer era passar uma proposta para o próximo executivo, que pode chegar à Câmara e revogar a mesma.

Ainda e tendo em conta que é importante que a população saiba que nas situações fundamentais, o Vereador Miguel Brito sempre votou favoravelmente as propostas que eram da vontade da população e pediu ao mesmo que desse a sua opinião.

Interveio o Vereador Miguel Brito dizendo que, segundo o que se recordava, a referida proposta já tinha sido apresentada no mandato anterior, em conjunto com a implementação da Taxa Turística. Disse que se recordava que quando as duas foram apresentadas em conjunto, que uma das razões que tinha levado à

abstenção do Partido Socialista era que, concordava, de certa forma, com a aplicação da Ecotaxa. Disse que achavam que o tempo de apresentação leva a fazer a questão ao Vereador Luís Bettencourt, se a mesma é só para criar um grupo de trabalho para estudar a possibilidade da referida ecotaxa ou para a possível criação do regulamento. Disse que, como o Presidente tinha referido que esta situação terá de ser uma decisão para o próximo executivo, de revogar ou de dar seguimento.

Que a posição de voto do Partido Socialista para a proposta seria votar favoravelmente, mas que tendo consciência que a responsabilidade agora seria de criar um regulamento que permita ter ou não efetividade. Ainda, que são a favor da Ecotaxa e que naturalmente se crie um regulamento, como tantos outros votados anteriormente.

Interveio o Vereador Luís Bettencourt dizendo que pelo que tinha percebido, sobre a questão posta pelo Presidente da Câmara, que a proposta peca por ser tardia. Disse que das duas vezes que tinha apresentado a Taxa Turística trouxe também a proposta da Ecotaxa, e que da mesma forma que a Taxa Turística foi chumbada esta também foi. Que na altura tinha havia tempo suficiente para fazer da mesma maneira como o executivo criou o regulamento da "Casa Arrumada", e que se este ano tiveram contemplados no orçamento os 100.000 euros para o referido projeto.

Ainda, que se tivessem elaborado a proposta na altura que ele tinha apresentado, a situação já estava pronta para avançar. Que se o Presidente da Câmara considera a proposta tardia, que fizesse da mesma forma como foi feito o processo dos moinhos da Portela, em teve início no mandato anterior e que o atual executivo deu continuidade, e bem, e finalizou o projeto. Sugeriu que, uma vez que a Câmara está em gestão desde julho, que se avance e que vá preparando o regulamento.

Livro	Folhas

O Presidente da Câmara, Nuno Batista, disse que nunca tinha dito que a proposta era tardia e que o que estava na proposta era para a entrada em vigor ainda no ano de 2025. Disse que tinham de pensar no que queriam, ou seja, numa unanimidade de uma criação de uma Ecotaxa, na sua base ou então iam usar a situação como argumento político para executar em julho e agosto, mas que depois iam chegar a setembro e o Presidente não a tinha consigo executar, ou seja, uma falha de compromisso dele com a Câmara. _____

Disse que era humanamente impossível esta situação estar em vigor e questionou como se iria proceder, ou seja, como iriam cobrar e a quem iriam cobrar. Deu o exemplo da Taxa Turística em Lisboa que tentaram cobrar no aeroporto e foi declarada inconstitucional. _____

Continuou dizendo que era necessário entender se conseguiam a isenção para a população local e para as mercadorias. Ainda que tentaram passar a imagem que ele era contra a Taxa Turística e afirmou que nunca tinha sido contra a referida taxa e que até tinha feito parte do grupo de trabalho da Associação de Municípios, para que o dinheiro arrecadado não fosse para o Governo Regional, mas sim para as Câmaras Municipais._____

Ainda sobre o assunto o Presidente da Câmara disse que se o Vereador Luís Bettencourt assumir perante a população que esta situação necessita de se trabalhada, regulamentada e que o UNE em sede de Assembleia Municipal, como fez com a Taxa Turística, vai pedir um referendo para a Ecotaxa, assim como fez o professor Carlos Silva, propondo a mesma situação após votarem, que estava disposto a votar favoravelmente. _____

Frisou que não era possível concretizar aquela medida até ao final do mandato e que a questão do estudo económico-financeiro, pode ditar que esta decisão venha a ser revogada. Disse que o que não queria era que acontecesse como no passado, em que a Taxa Turística tinha sido votada 2 ou 3 vezes na Câmara e que

2 delas nem à Assembleia Municipal chegou.

Que para criar uma Ecotaxa era preciso ter em atenção a situação dos locais e das mercadorias. Que o Vereador Luís Bettencourt tem a noção que que o custo para os veículos de mercadorias será imputado aos comerciantes assim, como também é necessário analisar que impacto é que a Taxa Turística pode ter nas medidas sociais que o Governo Regional tem implementado no Porto Santo e se põe ou não em risco o subsidio à mobilidade, que é feito com apoios comunitários na base das dificuldades da sazonalidade.

Disse ainda que nunca tinha feito questão de dizer que tinham sido eles a elaborar o projeto dos moinhos, os fontenários e a ecoteca. Que para repor a verdade, disse que ia trazer um email de 2021 onde há praticamente a desistência deste procedimento.

O Presidente da Câmara disse que, no que respeita ao projeto de recuperação dos moinhos da portela, que o caderno de encargos tinha a descrição de cada uma das peças originais do moinho e que não existia nenhuma empresa de fora que executasse a obra sozinha, devido às suas características, e que como tal tinha contado com a ajuda do o Sr. Cardina, da empresa e de uma colaboradora da Câmara, que passaram muitas horas a fazer esse caderno de encargos. Que muita coisa foi feita no executivo de Idalino Vasconcelos.

Interveio o Vereador Luís Bettencourt dizendo que tendo em conta as declarações do Presidente da Câmara, Nuno Batista, e que ali estavam para colaborar e visto que existe disponibilidade de aprovar a Ecotaxa, sendo que se resume num timing que não vai funcionar e tendo em conta os procedimentos que ele também desconhece. Que estão na disposição de retirar o ponto e de pedir ao líder municipal Carlos Silva para fazer um referendo como sugerido pelo Presidente da Câmara.

Interveio Presidente da Câmara dizendo que se tinha lembrado de mais uma

Livro	Folhas

situação que poderia ser comunicada ao grupo da Assembleia Municipal, liderado pelo professor Carlos Silva, pois existe uma situação que tem sido exposta mas que por falha sua, nunca tinha vindo a reunião de câmara que tem a ver com a questão do IMI sobre os prédios devolutos. _____

Disse que tinham votado por unanimidade e que o professor Carlos Silva teima em dizer que o órgão executivo câmara, e que o órgão executivo não é só o Presidente da Câmara e os seus vereadores em função mas também o vereador Luís Bettencourt e o Vereador Miguel Brito em que podem confirmar, sempre tinham dito, em que havia a necessidade de se fazer um levantamento sobre todos os prédios devolutos com a criação do ARU e que seria mais fácil, e que já estavam a avisar as pessoas, que essa questão estava a ser tratada com a ARM e com a EEM e que por diversas vezes ter recibo "a informação" da vontade do membro da Assembleia Carlos Silva levar aquele processo e colocar o executivo no Ministério Público por causa desta questão. _____

Ainda que, para salvaguardar esta questão, tinha uma reunião agendada e que depois entregará o relatório no dia 23 de abril, com a empresa que já orçamentou todo o trabalho para fazer o regulamento que estão a exigir. No que respeita à gestão financeira disse que poderia ficar mais para a frente e verificar que valor a Câmara vai arrecadar levará muitos anos para pagar o trabalho que tem de ser feito. Disse que os vereadores podem estar descansados que não vão ter nenhum problema relativamente a esta situação. _____

REQUERIMENTOS:_____

1) Deliberar sobre o pedido apresentado por Aldina Vasconcelos (entrada n.º 2287/2025), solicitando autorização e licença para colocação de quiosque com 6.47m², para venda de artigos feitos à mão, no passeio recuado na esquina entre a Avenida Infante D. Henrique e a Estrada Regional 111, de 15 de abril a 31 de outubro de 2025;_____

Na discussão deste ponto o Presidente da Câmara interveio dizendo que o referido pedido tem duas vertentes, ou seja, referente à parte cultural e que estão totalmente disponíveis para o que for possível, mas que a senhora pede para que a barraca seja colocada num espaço onde existia uma roulote e onde o executivo entendeu que não havia espaço para circulação de peões. Que foi uma decisão difícil, mas que foi tomada e que não poderiam estar a aceitar que se coloque ali algo que venha a perturbar até o próprio espaço. Disse que a intenção do executivo é votar contra, dando audiência prévia, dizendo à senhora que estão disponíveis para, com ela definir o espaço onde vão efetuar a venda dos seus produtos. _____

Submetido a votação o presente pedido foi reprovado por maioria, com os votos contra do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos e Luís Bettencourt e a abstenção do Vereador Miguel Brito. Mais foi deliberado pela concessão de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.° e seguintes. _____

2) Deliberar sobre o pedido apresentado por Roberto Soares (entrada n.° 2288/2025), solicitando autorização e licença para colocação de roulotte, para venda de comes e bebes no Parque Florestal dos Salões entre o dia 30 de abril e 1 de maio de 2025; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

3) Deliberar sobre o pedido apresentado por Vânia Mendonça (entrada n.° 2457/2025), solicitando licença e autorização para utilização do espaço, junto à Promenade para aluguer de kats a pedais e bicicletas, nas festas de São João de 20 a 24 de junho de 2025; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os

Livro	Folhas

votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

4) Deliberar sobre o pedido apresentado por Vânia Mendonça (entrada n.º 2457/2025), solicitando licença e autorização para utilização do espaço, junto ao Padrão de Descobrimentos para aluguer de karts a pedais e bicicletas, de 1 de julho a 30 de setembro de 2025; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

5) Deliberar sobre o pedido apresentado por AARAM - Associação de Atletismo da Madeira (entrada n.º 2650/2025), solicitando Licenciamento de Prova de Trail - "Porto Santo Nature Trail", no dia 17 de maio de 2025; _____

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt. _____

6) Deliberar sobre o pedido apresentado por Sónia Lopes, (entrada n.º 2681/2025), solicitando licença para colocação de quiosque, na Praia das Pedras Pretas para venda de comes e bebes, de 15 de abril a 15 de outubro de 2025, condicionado à autorização DRAE, e emissão de parecer favorável; _____

Na discussão deste ponto interveio o Presidente da Câmara dizendo que o que a munícipe solicita é a autorização da Câmara para a colocação do quiosque, mas que a Câmara não tem qualquer poder para autorizar a referida colocação. Disse que o que ia ser votado na Câmara era votar a atividade a desenvolver no espaço. Que por diversas vezes foi colocado um ónus sobre a Câmara Municipal, mais sobre o Presidente da Câmara, que não autorizava estes tipos de espaços na praia. Disse que da parte do executivo iam votar favoravelmente à atividade condicional à Direção Regional do Ambiente, do Governo Regional. Que votando favoravelmente

só será emitida a autorização de venda com a autorização dessa mesma Direção Regional. Frisou que são favoráveis à atividade a desenvolver no referido espaço desde que sejam cumpridas todas as regras do Plano da Orla Costeira do Porto Santo e que fique bem claro que não compete à Câmara Municipal fiscalizar, mas sim à Direção Regional do Ambiente. _____

Ainda que a Câmara apoia todos os comerciantes que queriam investir na praia, mas cada um tem de assumir as suas responsabilidades. _____

Interveio o Vereador Miguel Brito dizendo que o Partido Socialista tem conhecimento que existe o Plano da Orla Costeira e que o mesmo não existe para o empresário A ou B. Que o POC do Porto Santo foi o primeiro a ser aprovado na Região Autónoma da Madeira e que existem regras. Que existe um período de discussão pública e que todas as pessoas tiveram oportunidade de perceber como é possível criar atividade na orla costeira. Disse ainda que tinham concordado que no tocante à parte de responsabilidade aprovar a atividade no sítio em questão e que são favoráveis. _____

Disse que da mesma forma que se exige a este comerciante aquilo que ele tem que fazer referente ao Plano da Orla Costeira e cumprir com todas as regras, terão que ser implementadas para todos os comerciantes que usufruem da praia, uma vez que defendem a equidade, a igualdade para tudo e todos, que existem regras que todos têm de cumprir. _____

Interveio o Presidente da Câmara dizendo que concordava em absoluto o que tinha sido dito pelo Vereador Miguel Brito e referiu que tinha sido questionado pelo Vereador Luís Bettencourt, e bem, que tipo apoio davam aos nadadores salvadores da Calheta. Relembrou que mesmo havendo a questão do POC e da obrigatoriedade dos nadadores salvadores, o capitão do Porto não exigia essa questão a todos os comerciantes e que como naquele espaço havia uma serie de problemas que podiam afetar a imagem da Ilha, que a Câmara colocou os

Livro	Folhas

nadadores salvadores. Que o que é do conhecimento e do que o que fala com as pessoas que trabalham na praia, que naquele ano o capitão do Porto não dá hipóteses. Que por uma questão de equidade não iam pagar para ter os nadadores salvadores na Calheta. Concordou que tinha de ser igual para todos.

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt, condicionado ao cumprimento de todas as regras do POC e autorização da DRAE.

7) Deliberar sobre o pedido apresentado por Suzete Antunes (entrada n.º 2692/2025), solicitando autorização e licença para colocação de barracas para venda de pipocas e algodão doce na Praça do Barqueiro, na Festa de São João de 19 a 24 de junho de 2025;

Submetido a votação o presente pedido foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

RATIFICAÇÕES:

Ratificar o despacho do Vereador Artur Ferreira, que autorizou o pedido de Jaime Andrade (entrada n.º 2454/2025), solicitando autorização para a Exposição "Jogos e Brinquedos Tradicionais" de 8 de abril a 9 de maio de 2025;

Submetido a votação o presente despacho foi ratificado por unanimidade, com os votos favoráveis do Presidente, Nuno Batista e dos Vereadores Artur Ferreira, Mariana Vasconcelos, Miguel Brito e Luís Bettencourt.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Interveio a munícipe Micaela Pita dizendo que não permite a gravação vídeo uma vez que pretende defender a sua integridade física, apelando ao Presidente da Câmara sobre a Pizzaria Di Lorenzo que continua a querer ter música ambiente com piano e DJ. Disse que interveio, que a polícia tinha aparecido e que pela

primeira vez tinha uma polícia atuante e que naquela noite tinha acabado o barulho. Que, por motivos de saúde, tinha estado ausente de dezembro até março e que tinha tido conhecimento que outras solicitações à PSP tinham sido feitas, pelo mesmo problema. _____

Disse que uma consequência dessas situações um dos seus tapa-sóis tinha sido vandalizado e que a partir do Funchal tinha chamado a PSP e que ainda tinha tido conhecimento que a pizzaria tinha sido alvo de tentativa de assalto. _____

Que esta situação não era novidade e pediu que ficasse em ata que não concordava com o barulho de um estabelecimento licenciado para uma pizzaria e não para um DJ. _____

Questionou se o Presidente da Câmara tinha autorizado uma vez que a Polícia lhe tinha dito que não tinham conhecimento e pediu que ele dissesse o que pensa sobre o assunto. _____

Congratulou o executivo sobre a recuperação da antiga Lota junto ao Bar Golfinho dizendo que esperava que tivesse acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Referiu a reabilitação da casa do sr. Perestrelo e a esplanada colocada no restaurante Mesa Cultural, que faz com que as mesas estabilizem. _____

Interveio o Presidente da Câmara, Nuno Batista, agradecendo à munícipe pela sua participação ativa dizendo que tinha falado com o responsável pela pizzaria e que o mesmo lhe tinha dito que não era um DJ que estava a atuar, mas sim um artista a cantar. Ainda que tinha questionado sobre o horário em que essa situação tinha acontecido e que o mesmo lhe tinha respondido que tinha intenção de ter animação no espaço até às 22h00. _____

A munícipe Micaela Pita respondeu que o barulho tinha começado de manhã e com a música muito alta e que ele pode fazer aquilo. Que uma coisa é a música ambiente e que não é obrigada a ter dentro da sua casa barulho. Que ele pode ter música ambiente, mas desde quer não incomode o sossego dos outros,

Livro	Folhas

independentemente da hora. Ainda, que esta situação tem a haver com os decibéis.

Que interpelou o músico e que o mesmo lhe respondeu se ela sabia que horas eram e que ela lhe tinha respondido que durante o dia precisava do seu descanso.

O Presidente da Câmara respondeu que não era totalmente contra que existe animação nos espaços comerciais e que cada vez mais devem ser os comerciantes a investir. Que a informação que tinha dado ao comerciante, independentemente da hora do dia, que se quisesse ter esse tipo de atividade não licenciada para aquele espaço tinha de solicitar uma licença especial de ruído.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dra. Ana Bela Santos, respondeu que existem regras para os estabelecimentos para os horários normais dos dias da semana à noite assim como existem regras para os fins de semana e feriados.

O Presidente da Câmara disse novamente que não era contra a animação, mas que se a mesma a prejudicava assim tanto que vai falar com o responsável da pizzaria.

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, nos termos do disposto no artigo 57.°, n. °3 da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, a fim de produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos, treze horas e trinta e quatro minutos, pelo que de tudo para constar lavrei a presente ata, em obediência ao disposto no artigo 57.° da Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente do órgão executivo, e por mim, Chefe de Divisão Administrativa e de

Recursos Humanos, na qualidade invocada.